



JFES inicia as comemorações do “Mês do Servidor” com palestra de João Baptista Herkenhoff



A Justiça Federal capixaba deu início às comemorações do “Mês do Servidor Público”, com a palestra “Ética dos operadores do Direito”, proferida pelo juiz aposentado, professor e doutor João Baptista Herkenhoff. Recepcionado pelos juízes federais José Ferreira Neves Neto, titular da 1ª VF-Cível e decano desta JF, e Wilson Witzel, titular da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal e Coordenador de Cursos da JFES, João Baptista Herkenhoff emocionou a plateia com seu testemunho de 73 bem anos bem vividos.

As comemorações do mês do servidor continuam nas próximas semanas, com aula de ginástica e relaxamento; lanche comunitário por adesão; e homenagem aos servidores que completam 20 anos ou mais de Justiça Federal capixaba. As subseções do interior – Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Linhares e Colatina – também participarão das comemorações com eventos realizados em suas sedes.

IBGE vai pesquisar acesso à Justiça

Questões sobre o acesso à Justiça no país passarão a fazer parte do questionário aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a pedido do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O CNJ quer saber por que as pessoas deixam de procurar a justiça quando estão diante de situações de conflito e quais são os principais obstáculos no acesso ao Poder Judiciário. “Com esses dados em mãos, será possível formular políticas públicas destinadas a garantir os direitos fundamentais e prevenir conflitos”, explicou Cristina Zacksesk, diretora de projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ.

O levantamento do IBGE começa este mês e vai até o dia 15 de dezembro. A meta é visitar 150 mil domicílios nos 26 estados e no Distrito Federal. “Esperamos ter a base da pesquisa no meio do ano que vem, para começar a trabalhar”, afirmou a diretora do DPJ.

A pesquisa identificará as áreas que representaram os maiores conflitos para a população brasileira nos últimos cinco anos: essas dificuldades estão relacionadas a emprego, salário e condições

de trabalho? Ou são problemas relativos a separações conjugais, casamento, adoções, investigações de paternidade, pensões alimentícias ou problemas de herança? Ou se os problemas estão relacionados a crimes, a posse de terra ou bens imóveis, serviços como água, luz e telefone, impostos, benefícios previdenciários ou com instituições financeiras.

O CNJ também quer descobrir a quem as pessoas recorrem quando estão diante de situações de conflito. Se à Justiça, a instituições como polícia, igreja, procon ou sindicatos e associações ou a familiares e amigos. Na pesquisa, o conselho quer saber a quem é atribuído o sucesso na solução do problema, quando ela ocorre.

A PNAD poderá ajudar o CNJ a identificar a percepção da população sobre o tempo que se gasta na solução (judicial ou não) dos problemas indicados como mais graves nos últimos cinco anos e com isso elaborar políticas públicas que possam garantir uma justiça mais eficiente. A ideia é colher informações para a elaboração de série histórica a partir da comparação com dados da pesquisa realizada em 1988. (Agência CNJ de Notícias)

Resultado do Concurso para seleção de estagiários em São Mateus

Foram aprovados no Edital nº EDT.0201.000048-8, DE 22/09/09, em ordem de classificação:

Maria Juliana de Farias Xavier (9,370370); **Joana Francisco Pereira** (8,947368); **Clara Helena Goltara Arruda** (8,760000); **Camila Jorge Daniel** (8,758621); **Mariana Gagno Campagnaro** (8,603448); **Maria Bethânia Xavier Bonfim Ferreira** (8,363333); **Vilma Vicente dos Santos** (8,129032).

Habeas Data 72: Tela “invisível” conta a história da antiga sala de sessões do STF no CCJF

Dando continuidade às comemorações do centenário de construção do prédio que hoje abriga o Centro Cultural Justiça Federal, o CCJF inaugurou, no espaço onde está localizada a antiga sala de sessões do Supremo Tribunal Federal, o que há de mais moderno em equipamento de projeção, para contar a trajetória da Corte em imagens projetadas sobre um painel “invisível”. Tornando o espaço um misto de antigo e moderno, perfeitamente harmonizados, o equipamento, que se assemelha a uma tela de vidro suspensa, exibe imagens, como uma foto da primeira sessão ocorrida na sala, em 1909.

Desde a transferência do mobiliário original do STF para o CCJF, em setembro de 2006, é possível conhecer a antiga sala de sessões: ambiente onde atuaram nomes que tiveram papel decisivo na construção das instituições jurídicas e da cidadania brasileiras, como Nelson Hungria, Pedro Lessa, Edmundo Muniz Barreto, Augusto Olympio Viveiros de Castro, Hermenegildo de Barros, Antonio Bento de Faria e Rui Barbosa.

O Palácio da Justiça Federal, que foi sede do STF durante 51 anos - de 1909 a 1960 -, foi construído no início do século, na então Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Projetado por Adolpho Morales de Los Rios, prestigiado arquiteto do Rio na virada do século, o prédio foi concebido, inicialmente para ser o Palácio Arquiepiscopal. Adquirido pelo Governo Federal, foi adaptado para servir de sede à mais alta corte da Justiça Brasileira.

Com a mudança do STF para Brasília, em 1960, o prédio do CCJF foi ocupado, sucessivamente, por varas de Fazenda Pública e pela Justiça Federal. Degradado, o prédio começou a ser restaurado em 1994, graças a um convênio firmado entre o TRF2, a Caixa Econômica Federal e o Instituto Herbert Levy. Durante as obras, foi feita a restauração artística das paredes, dos medalhões e de obras de arte como os três painéis do forro da Sala de Sessões, de autoria de Rodolpho Amoedo; a estátua em bronze da Justiça, encimando a fachada do prédio, executada na França pela Fundação Val D’osne; e as 3 portas de madeira da entrada principal entalhadas pelo artista português M.F.Tunes.

A recuperação do prédio, sem ônus para o Tesouro Nacional, compreendeu, além da restauração artística, a restauração arquitetônica, o reforço estrutural e instalações técnicas, como ar-condicionado central, informatização e iluminação. Em novembro de 2001 o TRF2 apresentou à cidade do Rio de Janeiro as obras de restauração da antiga sede do Supremo Tribunal Federal, que passou a constituir, junto com o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Palácio Pedro Ernesto (Câmara dos Vereadores) e o Teatro Municipal o conjunto histórico da Cinelândia.

Atualmente, o CCJF dispõe de 14 amplas salas de exposições, teatro, biblioteca, loja e cafeteria. Há ainda uma sala destinada à instalação de um cinema. O espaço funciona de terça a domingo e já se firmou no roteiro artístico e cultural da cidade, recebendo peças teatrais, exposições, shows e concertos de música erudita. Além disso, o centro tem se consagrado como um espaço de promoção e reflexão da cidadania, realizando projetos de integração com a comunidade, voltados principalmente para estudantes, idosos e portadores de necessidades especiais. (ACOS/TRF2)

Diário Oficial da União publica edital de concurso para juiz federal substituto da 2ª Região

Foi publicado hoje, 21 de setembro, no Diário Oficial da União - Seção 3, páginas 138 a 144, o edital do 12º Concurso Público para Provisão de Cargo de Juiz Federal substituto da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo). São 35 vagas para o cargo. A 1ª etapa do concurso está a cargo do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), órgão que integra a Fundação Universidade de Brasília, e as demais são realizadas pela Assessoria de Concursos do TRF2. As inscrições preliminares começam no dia 22 de setembro e seguem até 20 de outubro, e devem ser feitas no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/concursos/trf2juiz2009. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, o CESPE/UNB disponibilizará locais com acesso à rede mundial, no Rio de Janeiro (na Avenida das Américas, n.º 16.691, sala 303, Recreio dos Bandeirantes) e na capital capixaba (na Avenida Jerônimo Monteiro, n.º 776, Centro de Vitória).

O concurso está dividido em cinco etapas: primeiro será aplicada uma prova objetiva seletiva (eliminatória e classificatória).

Em seguida, ocorrerão duas provas escritas (de caráter eliminatório e classificatório). A terceira etapa envolve a sindicância da vida pregressa e investigação social dos candidatos, o exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico. A etapa seguinte será uma prova oral (eliminatória e classificatória).

A quinta e última etapa consistirá na avaliação de títulos, que terá caráter classificatório. A primeira prova objetiva seletiva está prevista para acontecer no dia 13 de dezembro.

O edital, na íntegra, estará disponível para consulta nos sites do TRF2 e do Cespe/UNB a partir do dia 21. (ACOS/TRF2)

